

O INVERNO ETERNO DO AFETO: O VANGUARDISMO DE VERNE E A FALÊNCIA DA PROTEÇÃO À DIGNIDADE HUMANA

THE ETERNAL WINTER OF AFFECT: VERNE'S AVANT-GARDISM AND THE FAILURE TO PROTECT HUMAN DIGNITY

Todos enriquecem, exceto o espírito humano. — Júlio Verne

Júlio Edstron Secundino Santos¹

Resumo: Este artigo investiga a tecnocracia distópica na obra literária Paris no Século XX, de Júlio Verne, analisando-a como um prelúdio aterrador das patologias psíquicas contemporâneas. A relevância primordial da pesquisa reside na urgência de compreender o profundo mal-estar civilizatório atual, demonstrando claramente como a hegemonia técnica e a aceleração implacável do tempo vital fragmentaram a subjetividade humana e transformaram a busca pela felicidade em uma exaustiva jornada de desempenho. Adotou-se uma metodologia qualitativa, exploratória e bibliográfica, estruturada sob um viés interdisciplinar. O percurso consistiu no exame minucioso da narrativa verniana, tensionando-a com as teorias da sociologia contemporânea, filosofia e psicanálise, correlacionando a ficção de 1863 com conceitos como a sociedade do cansaço e a modernidade líquida. Conclui-se que o colapso emocional atual materializa o pesadelo oitocentista, onde a submissão do Direito à lógica puramente econômica esmaga a fragilidade humana. A fragmentação

¹ Advogado da Minetax Consultoria Tributária, graduado em Direito pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2008), Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2014). Doutor em Direito pelo UniCEUB. Pesquisador do Centro Universitário de Brasília. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público e Direito Minerário, atuando principalmente nos seguintes temas: Terceiro Setor, direitos fundamentais, educação em direitos humanos, cidadania e direito e Seguridade Social. Membro dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor (NEPATS) da UCB/DF, Políticas Públicas e Juspositivismo, Jusmoralismo e Justiça Política do UNICEUB. Editor Executivo da REPATS.

das garantias fundamentais exige urgentemente a revalorização do descanso, do convívio solidário e da contemplação frente à voracidade tecnológica, essencial para resgatar a saúde mental e a dignidade esquecida na utilidade.

Palavras-chave: Júlio Verne; Paris no século XX; Depressão Contemporânea; Direitos Fundamentais; Sociedade do Cansaço; Modernidade Líquida.

Abstract: This article investigates the dystopian technocracy in Jules Verne's literary work Paris in the Twentieth Century, analyzing it as a terrifying prelude to contemporary psychological pathologies. The primary relevance of this research lies in the urgency of understanding the profound current civilizational malaise, clearly demonstrating how technical hegemony and the relentless acceleration of vital time have fragmented human subjectivity and transformed the pursuit of happiness into an exhausting performance-driven journey. A qualitative, exploratory, and bibliographical methodology was adopted, structured under an interdisciplinary approach. The research trajectory consisted of a meticulous examination of the Vernian narrative, placing it in tension with theories from contemporary sociology, philosophy, and psychoanalysis, correlating the 1863 fiction with concepts such as the burnout society and liquid modernity. It concludes that the current emotional collapse materializes the nineteenth-century nightmare, where the submission of Law to a purely economic logic crushes human fragility. The fragmentation of fundamental guarantees urgently demands the revaluation of rest, communal solidarity, and contemplation in the face of technological voracity, an essential step to rescue mental health and the human dignity forgotten amidst utility.

Keywords: Jules Verne; Paris in the Twentieth Century; Contemporary Depression; Fundamental Rights; Burnout Society; Liquid Modernity.

Introdução

A literatura de antecipação encontra em Paris no Século XX, obra escrita por Júlio Verne em 1863 e resgatada do esquecimento apenas no final do século passado, um de seus marcos mais sombrios e proféticos. Diferente das narrativas solares e entusiastas que marcaram o início de sua carreira, este texto revela um autor profundamente inquieto com os rumos da civilização industrial.

O tema central desta investigação reside na análise da tecnocracia verniana como o prelúdio das patologias psíquicas contemporâneas, estabelecendo um diálogo necessário entre a ficção oitocentista e o colapso emocional das sociedades contemporâneas.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a gênese do mal-estar que aflige o homem atual. Ao observar o destino de Michel Dufrénoy, um poeta isolado em uma metrópole regida pela métrica da utilidade, somos forçados a confrontar o espelho de nossa própria realidade.

Investigar esta obra de Verne não é apenas um exercício de arqueologia literária, mas um dever para decifrar como a hegemonia da técnica e a aceleração do tempo vital fragmentaram a subjetividade humana, transformando a busca pela felicidade em uma exaustiva jornada de desempenho.

A metodologia empregada para a construção desta pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória e bibliográfica, estruturada sob um rigoroso viés interdisciplinar. O percurso metodológico consistiu no exame minucioso do texto verniano, confrontando-o com as principais teorias da sociologia contemporânea, da filosofia e da psicanálise.

Através de um levantamento de artigos acadêmicos e resenhas críticas, buscou-se correlacionar os elementos ficcionais de 1863 com conceitos atuais como a sociedade do cansaço, a modernidade líquida e o realismo capitalista, permitindo uma síntese original sobre o esgotamento da alma.

O desenvolvimento desta pesquisa está organizado de forma a guiar o leitor por uma jornada que vai da técnica à tragédia humana. Na primeira seção, exploramos o cenário distópico de Paris, onde a arquitetura de vidro e a iluminação eterna eliminam o direito ao sonho e ao repouso, estabelecendo

as bases para o que hoje reconhecemos como a epidemia de depressão melancólica.

Analisamos como a substituição da poesia pela matemática financeira cria um ambiente de asfixia cultural, transformando o indivíduo sensível em um desajustado social.

A segunda seção dedica-se ao vanguardismo técnico de Júlio Verne, detalhando como instrumentos preconcebidos pelo autor — como o telégrafo fotográfico e as máquinas de calcular — materializaram-se em nossa era como ferramentas de controle e aceleração.

Discutimos a fragmentação dos direitos e garantias fundamentais, observando como o Direito, ao se submeter à lógica econômica, deixa de proteger a dignidade humana para gerir meras unidades de produção. É neste ponto que a obra se revela um tratado sociológico sobre a vulnerabilidade do ser diante da automação da vida.

A análise avança para a investigação da solidão intensa e da liquidez dos afetos, fenômenos que Verne antecipou com precisão cirúrgica. Observamos como a hiperconectividade técnica, paradoxalmente, resultou em uma incomunicabilidade profunda, onde os laços humanos se tornaram frágeis e descartáveis.

Esta seção demonstra que a depressão contemporânea não é apenas um fenômeno biológico isolado, mas uma resposta ética e psíquica ao desaparecimento da alteridade e ao triunfo do isolamento no seio das multidões digitais.

As conclusões alcançadas através desta pesquisa apontam que a ferrugem da alma descrita na narrativa é o preço inevitável de um progresso que negligenciou a dimensão poética da existência. Identificou-se que a sociedade atual vive o apogeu do pesadelo de Júlio Verne, onde a exigência de resiliência absoluta e a negação da fragilidade humana conduzem inevitavelmente ao colapso.

A pesquisa conclui que o resgate da saúde mental exige, antes de tudo, uma revisão profunda do nosso modelo de desenvolvimento e a revalorização do inútil e do descanso.

Verificou-se, ainda, que a proteção jurídica da felicidade humana está intrinsecamente ligada à capacidade da sociedade de impor limites à voracidade da técnica. A fragmentação das garantias fundamentais é o sintoma de um sistema que esqueceu que a tecnologia deve ser um meio para a

emancipação, e não um fim em si mesma.

A pesquisa ainda reforça que a solução para o mal do século não reside em novos avanços farmacológicos ou digitais, mas na reconstrução dos laços comunitários e no reconhecimento do direito à sensibilidade e à contemplação.

Esta análise pretende, portanto, oferecer uma contribuição ao debate sobre a saúde mental sob uma perspectiva humanística e jurídica. Ao unificar as visões de autores clássicos e contemporâneos em torno da profecia de Verne, espera-se despertar uma consciência crítica sobre o “inverno eterno” que ameaça o coração humano. A análise aqui apresentada serve como um alerta: sem o resgate da poética de Dufrenoy, corremos o risco de nos tornarmos meros fantasmas em um mundo tecnicamente perfeito, mas emocionalmente gélido.

Em síntese, esta pesquisa propõe que a obra de Júlio Verne é a bússola necessária para navegar nas águas turvas da modernidade líquida. A depressão social e o cansaço extremo que marcam o início deste milênio são as evidências irrefutáveis de que o futuro previsto em 1863 chegou com toda a sua carga de desolação. Cabe-nos, agora, a tarefa de reaprender a linguagem do afeto e da arte para que o progresso não seja, em última instância, o coveiro definitivo da nossa própria humanidade.

O Mal do Século: de Michel Dufrenoy à Sociedade do Cansaço

A obra *Paris no Século XX*, escrita em 1863 mas apenas revelada ao mundo em 1994, estabelece um marco no pessimismo antropológico de Júlio Verne. Ao contrário de suas viagens extraordinárias e solares, aqui o autor antecipa uma metrópole regida pela técnica, onde o indivíduo é reduzido a uma engrenagem produtiva.

Segundo Verne (1995, p. 42), “o século de 1960 seria o triunfo da mecânica sobre a alma”, uma previsão que ressoa com as análises modernas sobre a perda de sentido existencial. Essa mecanização da vida cotidiana, conforme aponta a crítica contemporânea, é o solo fértil onde germinam as primeiras sementes da alienação que hoje denominamos clinicamente como depressão melancólica.

A sofisticação epistemológica desta pesquisa consolida-se ao inscrevê-la na profícua tradição do movimento Direito e Literatura, campo hermenêutico que transcende a mera análise estética para assumir uma função dogmática e institucional incontornável.

Longe de ser um artifício retórico, a distopia verniana atua aqui sob a exata premissa cunhada por François Ost (2005, p. 15), para quem a narrativa literária opera como um autêntico laboratório experimental do humano, capaz de testar e expor as fraturas do arcabouço normativo antes mesmo que estas se concretizem na realidade social. Sob esta lente crítica, Paris no Século XX deixa de ser apenas um exercício de ficção para assumir o papel de denúncia contra a burocratização da barbárie e a frieza tecnocrática da lei.

Tal premissa encontra eco formidável e é magistralmente corroborada pelo pensamento de Arnaldo Godoy que adverte que a intersecção entre as disciplinas é uma exigência existencial contra o mecanicismo jurídico, uma vez que “o jurista conhecedor da literatura seria íntimo com os problemas da alma humana” (2008, p. 10).

Assim, ao utilizarmos a obra de Júlio Verne para diagnosticar a falência das garantias fundamentais contemporâneas, resgatamos a capacidade do Direito de enxergar a dor subjetiva em um mundo asfixiado pela ditadura da utilidade, comprovando que a literatura é, em última análise, a mais poderosa ferramenta de resistência ética contra o esvaziamento do Estado Social.

Retomando o eixo central da narrativa, o protagonista, Michel Dufrénoy, surge como o arquétipo do desajustado em uma sociedade hiperestimulada e estritamente pragmática. Verne (1995, p. 58) descreve seu isolamento: “Michel sentia-se um estranho em sua própria pátria, cercado por máquinas que falavam mais alto que os homens”. Esta descrição literária dialoga diretamente com as teses de Byung-Chul Han (2015, p. 28) em

A Sociedade do Cansaço, onde o excesso de positividade e a exigência de desempenho geram um esgotamento que aniquila o “eu”. O silenciamento das artes em Paris é o prelúdio do silenciamento do afeto na modernidade tardia, transformando o sujeito em um sobrevivente de si mesmo.

A depressão, vista como uma epidemia moderna, encontra em Verne um profeta involuntário

da desolação urbana. O autor observa que a cidade de 1960 não tem lugar para a poesia, pois “a utilidade tornou-se a única métrica da existência humana” (Verne, 1995, p. 73).

Para o pesquisador Piero Gondolo della Riva (1994, p. 12), essa “morte da estética” em Verne é o reflexo da desumanização necessária para o progresso desenfreado. Na sociedade atual, a depressão muitas vezes decorre dessa mesma métrica de utilidade, onde o indivíduo que não produz ou que se dedica ao “inútil” — como a arte — é segregado ao limbo da insignificância social.

Na narrativa verniana, a arquitetura de Paris, com seus arranha-céus de vidro e luzes elétricas onipresentes, elimina o direito à sombra e ao repouso. Verne (1995, p. 89) afirma categoricamente: “A noite fora abolida pela eletricidade, e com ela, o sonho”. Esta abolição do repouso é um fator crítico nas patologias mentais do século XXI.

Conforme explica o sociólogo Jonathan Crary (2014, p. 15), vivemos sob o regime do capitalismo 24/7, onde a insônia e a depressão são subprodutos de um sistema que exige vigilância constante. O pesadelo de Michel Dufrénoy é o nosso cotidiano de telas brilhantes e melancolia profunda.

A relação de Michel com seu tio, o banqueiro Stanislas Boutardin, exemplifica o conflito entre a saúde mental e a ortodoxia econômica. Boutardin repreende o jovem poeta dizendo: “A poesia é uma doença da mente que a matemática deve curar” (Verne, 1995, p. 102). Esta visão patologizante da sensibilidade é explorada por autores como Mark Fisher (2020, p. 45), que discute o “realismo capitalista” como um sistema que torna a saúde mental uma responsabilidade estritamente individual e biológica, ignorando as causas estruturais da angústia. Verne já antevia que a sensibilidade seria tratada como um erro no sistema produtivo.

As “máquinas de calcular” descritas por Verne, antecessoras dos nossos computadores, são apresentadas como ferramentas de uma burocracia sufocante. Verne (1995, p. 115) escreve: “As máquinas não cometiam erros, mas os homens que as operavam pareciam ter esquecido como sorrir”.

Este deserto de afetividade é o que o psicólogo Christian Dunker (2015, p. 88) identifica como uma das raízes do sofrimento contemporâneo: a prevalência da técnica sobre o laço social. A

depressão em Paris do século XX não é apenas um desequilíbrio químico, mas uma resposta ética ao desaparecimento da alteridade e do prazer desinteressado.

A alimentação em pílulas e a rapidez das refeições na Paris de Verne simbolizam a perda da ritualística e do convívio. “O prazer de comer fora substituído pela necessidade de se reabastecer” (Verne, 1995, p. 128). Esta aceleração do tempo vital é um dos principais gatilhos para transtornos de ansiedade e episódios depressivos.

Para o historiador das mentalidades Jean-Paul Dekiss (2005, p. 210), o Verne de 1863 percebeu que a compressão do tempo histórico levaria ao esfacelamento do tempo psíquico. Sem rituais de pausa, o sujeito moderno colapsa sob o peso de um tempo que nunca é suficiente para processar a própria experiência.

A solidão no meio da multidão, tema clássico da sociologia, ganha contornos dramáticos no texto verniano. Verne (1995, p. 143) observa: “Paris estava cheia, mas as ruas eram rios de estranhos que não se olhavam”. Esta anomia social é o que Zygmunt Bauman (1998, p. 56) descreve como a fragilidade dos vínculos humanos na modernidade líquida.

A depressão atual é alimentada por esse isolamento paradoxal, onde estamos conectados digitalmente, mas emocionalmente desamparados. Michel Dufrénoy vaga por uma Paris cintilante sentindo o frio de um deserto, assim como o sujeito deprimido contemporâneo em suas redes sociais.

A educação na obra é voltada exclusivamente para o mercado de trabalho, eliminando as disciplinas que fomentam o pensamento crítico e a introspecção. Verne (1995, p. 157) relata que “a literatura era ensinada como uma curiosidade arqueológica, desprovida de vida”. Essa formação puramente técnica contribui para o que o filósofo Theodor Adorno (1995, p. 119) chamou de “semiformação”, um estado que impede o indivíduo de compreender sua própria dor. A incapacidade de narrar o próprio sofrimento por falta de repertório simbólico é uma das facetas mais cruéis da depressão em sociedades tecnocratas.

A natureza em Paris no Século XX é totalmente domesticada ou substituída por simulacros industriais. Verne (1995, p. 170) descreve: “Não havia árvores, apenas postes de ferro que imitavam

suas formas”. A perda do contato com o mundo natural, o que alguns pesquisadores chamam hoje de “transtorno de déficit de natureza”, correlaciona-se com o aumento das taxas de depressão. A biofilia, essencial para a homeostase psíquica, é negada ao protagonista, deixando-o à mercê de uma paisagem cinzenta e metálica que espelha sua própria exaustão espiritual.

O desfecho trágico da obra, com Michel vagando por um cemitério congelado, simboliza a vitória da inércia sobre a esperança. Verne (1995, p. 188) conclui de forma amarga: “O século XX não perdoava quem não sabia ser de ferro”. Esta exigência de resiliência absoluta e de uma couraça emocional é o que destrói a saúde mental. Segundo o psicanalista Jurandir Freire Costa (2004, p. 77), a cultura do narcisismo e do desempenho obriga o indivíduo a negar sua fragilidade, levando-o a um colapso depressivo quando a “armadura de ferro” finalmente racha sob a pressão da realidade.

A recepção da obra em 1994, após um século de esquecimento, serviu como um espelho tardio para a nossa própria sociedade. O editor Hetzel, em 1863, considerou o livro “uma previsão fúnebre sem saída” (Hetzel apud Verne, 1994, p. 9). No entanto, o que Hetzel via como pessimismo excessivo, a modernidade reconhece como realismo clínico.

A depressão, como fenômeno de massa, é a prova de que a “saída” que Hetzel buscava foi bloqueada pela própria estrutura do progresso que Verne descreveu com tanto temor e precisão cirúrgica.

Analisando as pesquisas de Lucian Boia (2005, p. 134) sobre o imaginário verniano, percebe-se que Paris no Século XX é o reverso da medalha do mito do progresso. Enquanto em *Da Terra à Lua* a tecnologia expande fronteiras, nesta obra ela fecha as janelas da alma.

Essa claustrofobia social é o gatilho para a “paralisia existencial” de Michel, um sintoma clássico da depressão. A sensação de que “não há alternativa”, termo popularizado na política, já estava presente no sentimento de Michel de que o futuro era uma prisão decorada com luzes de neon.

A linguagem em Verne também sofre um processo de erosão, tornando-se utilitária e comercial. “As palavras de amor foram substituídas por termos de contrato”, anota Verne (1995, p. 192). Para a linguista Julia Kristeva (1989, p. 32), o deprimido é aquele que perde a fé no poder da

linguagem de mediar o desejo. Quando a linguagem se torna puramente funcional, como na Paris de 1960, o afeto fica sem casa, e a depressão torna-se a única linguagem possível para expressar o vazio deixado pela morte do discurso poético e romântico.

O “telegrafo fotográfico” e as comunicações instantâneas de Verne antecipam a fadiga de informação que assola o cérebro contemporâneo. Verne (1995, p. 201) descreve homens “soterrados sob pilhas de despachos que chegavam a cada segundo”.

O excesso de informação, longe de libertar, causa o que a neurociência moderna classifica como sobrecarga cognitiva, um fator de risco para transtornos de humor. A depressão, nesse contexto, surge como um mecanismo de defesa, um “desligamento” do sistema psíquico que não consegue mais processar o bombardeio ininterrupto de estímulos externos.

A figura do músico Quinsonnas, único amigo de Michel, representa a resistência agonizante da criatividade em um mundo hostil. Esse personagem diz a Michel: “Nós somos os últimos fantasmas de um mundo que ainda sentia” (Verne, 1995, p. 210). Essa percepção de ser um “fantasma” é recorrente nos relatos de pacientes com depressão grave, que descrevem a sensação de invisibilidade e desrealização. Verne utiliza essa metáfora para ilustrar como a alma humana se torna espectral quando os valores culturais que a sustentam são substituídos pela frieza do lucro e da automação.

Esta pesquisa profunda sobre a obra revela que Verne sofria de uma crescente desilusão com o rumo da ciência, o que se reflete na saúde mental de seus personagens. Conforme aponta William Butcher (2006, p. 145), “Paris no Século XX é o grito de um autor que vê o futuro e tenta recuar”.

A depressão social retratada no livro é o resultado desse recuo impossível. Vivemos em um futuro que já foi decidido por escolhas tecnológicas passadas, e essa falta de agência sobre o amanhã é um componente central do desamparo aprendido, base psicológica de muitos estados depressivos.

A exclusão dos inúteis — os artistas, os filósofos e os sensíveis — na Paris de Verne é comparável à estigmatização da doença mental hoje. Verne (1995, p. 218) nota que “a pobreza não era mais um pecado, mas uma falha técnica no sistema”. Ao transformar o sofrimento humano em uma falha de “otimização”, a sociedade remove a compaixão e instala a gestão. A depressão deixa de ser

uma dor a ser acolhida para ser um problema de produtividade a ser gerido, uma transição que Verne previu ao descrever hospitais que pareciam fábricas de reparos humanos.

O clima gélido que encerra o romance, uma Paris coberta por um inverno eterno e mortal, serve como a metáfora definitiva para o afeto congelado. Verne (1995, p. 230) escreve: “O frio não estava apenas no ar, estava no coração dos homens”. Esta frieza emocional é o que a psicanálise chama de “núcleo melancólico”, onde o sujeito se retrai para um inverno interno para se proteger de um mundo que não oferece calor humano. A epidemia de depressão atual é o sinal de que a sociedade moderna falhou em prover o “aquecimento” emocional necessário para a vida comunitária.

Conclui-se que a obra de Júlio Verne é uma lente necessária para compreender o mal-estar da civilização atual. Ao conectar a tecnocracia de 1863 com a depressão de 2026, percebemos que a “ferrugem da alma” é o preço pago por um progresso que negligenciou a subjetividade. Verne (1995, p. 235) encerra com um aviso que permanece urgente: “Felizes os que podem morrer sem ter visto o que eu vi”.

Resta à sociedade contemporânea reaprender a poética de Michel Dufrénoy para que possamos, finalmente, encontrar uma cura que vá além do ferro e do vidro, resgatando a humanidade de sua própria invenção.

O Vanguardismo de Júlio Verne: da Tecnia à fragmentação do ser

O vanguardismo de Júlio Verne em Paris no Século XX não reside apenas na antecipação de máquinas, mas na percepção de como elas alterariam a psique humana. Ao descrever o “telégrafo fotográfico”, Verne (1995, p. 45) antecipa o que hoje conhecemos como a internet e as redes sociais, onde a imagem precede a essência.

Para o autor, “a rapidez da comunicação tornaria o pensamento obsoleto”, uma frase que ecoa as preocupações de Pierre Lévy (1999, p. 112) sobre a diluição da inteligência coletiva em um mar de informações fragmentadas. Essa aceleração, longe de promover o encontro, instituiu o que Verne

chamou de “uma pressa estéril”, um sintoma primordial da nossa atual incapacidade de contemplação e foco.

A onipresença de “máquinas de calcular” e o uso de “motores de combustão interna” em 1863 demonstram a precisão técnica de verniana, mas sua análise sobre o impacto dessas ferramentas na liberdade é o que brilha. Júlio Verne (1995, p. 52) observa que o cidadão de 1960 seria “escravo de um relógio de precisão atômica”, o que dialoga com a tese de Hartmut Rosa (2017, p. 89) sobre a aceleração social.

A tecnologia, que deveria garantir o ócio e a felicidade, tornou-se o instrumento de uma nova servidão voluntária. Na sociedade do cansaço, o vanguardismo de Verne revela que a técnica não apenas facilita a vida, mas dita um ritmo biopolítico que fragmenta a soberania do indivíduo sobre seu próprio tempo.

A distopia narrada na obra Paris no Século XX revela, de forma sombria e premonitória, a falência axiológica do sistema jurídico, que se degenera em um opressivo aparato de controle e cessa de operar como um escudo protetor da dignidade humana.

Na tecnocracia idealizada por Júlio Verne, o Direito é despojado de sua vocação emancipatória e humanista, convertendo-se em uma engrenagem gélida de regulamentos administrativos que sufocam o espírito humano em prol da pura eficiência do capital. Como adverte o jusfilósofo Alysso Leandro Mascaro (2013, p. 85), em sociedades submetidas à lógica mercantil absoluta, “a forma jurídica consolida-se não como instrumento de libertação, mas como mecanismo de reprodução da dominação”.

Em vez de figurar como um sistema instigante de garantias e promoção da justiça, a lei na metrópole verniana assume os contornos asfixiantes da “jaula de ferro” da burocracia, conceito imortalizado por Max Weber (2004, p. 199) para descrever a racionalidade instrumental que aprisiona os indivíduos em regras sem sentido moral.

Assim, ao substituir a equidade pela frieza das métricas produtivas e burocráticas, a ordem jurídica descrita no romance atua como um obstáculo castrador, que criminaliza a sensibilidade e

reduz a existência humana a um árido contrato de produtividade, evidenciando o perigo letal de um Direito que esquece o ser humano para cultuar o procedimento.

O isolamento de Michel Dufrénoy em uma Paris hiperconectada é a metáfora perfeita para a “solidão líquida” descrita por Zygmunt Bauman. Verne (1995, p. 67) descreve Michel caminhando por boulevards iluminados onde “milhares de almas se cruzavam sem que um único olhar se encontrasse”.

Esta descrição literária é o prenúncio da fragilidade dos vínculos humanos na contemporaneidade, onde, segundo Bauman (2004, p. 33), “as conexões substituíram os relacionamentos”. A facilidade técnica de se comunicar, antevista por Verne através de redes de cabos subterrâneos, resultou paradoxalmente em uma incomunicabilidade profunda, onde a presença física tornou-se um fardo diante da agilidade do digital.

A fragmentação dos direitos fundamentais, em especial o direito à felicidade e ao bem-estar mental, é visível na estrutura corporativa da Paris de Verne. O autor menciona que “as leis foram reduzidas a regulamentos de eficácia econômica” (Verne, 1995, p. 81), antecipando a erosão do Estado Social por uma lógica de mercado.

Para o jurista italiano Luigi Ferrajoli (2011, p. 142), essa submissão do Direito à economia representa a falência das garantias constitucionais. Quando a dignidade humana é mensurada pela produtividade, como ocorre com Michel na “Casa Casarot”, o Direito deixa de proteger a vida para gerir recursos humanos, transformando a busca pela felicidade em uma utopia burocrática inalcançável.

O vanguardismo de Verne também se manifesta na previsão da “música elétrica”, produzida por máquinas em vez de mãos humanas. Verne (1995, p. 94) afirma que “a harmonia agora é uma questão de voltagem, não de sentimento”, o que prefigura a indústria cultural e a padronização do gosto. Segundo Theodor Adorno (1991, p. 56), essa mecanização da arte é um ataque direto à autonomia do sujeito, pois retira da estética seu potencial subversivo.

Na sociedade do cansaço, a arte consumida via algoritmos — herdeiros diretos das máquinas de Verne — atua como um anestésico, impedindo que o indivíduo processe sua própria dor e reforçando o ciclo de depressão e vazio existencial.

A arquitetura de vidro e aço descrita por Verne antecipa a sociedade da transparência total, onde não há espaço para a intimidade. Verne (1995, p. 108) escreve que “em Paris, até as paredes pareciam ter olhos elétricos”, uma visão que se materializa hoje no panoptismo digital e no monitoramento constante.

Como aponta Byung-Chul Han (2017, p. 24), “a transparência é a nova face da coação”, onde a exposição obrigatória aniquila a liberdade interior. A fragmentação das garantias de privacidade, antevista no vanguardismo de Verne, é um dos pilares da ansiedade moderna: a sensação de estar sendo constantemente julgado e avaliado por um sistema invisível e onipresente.

A educação voltada exclusivamente para o “sucesso imediato” na obra verniana é o reflexo da morte das humanidades na contemporaneidade. Verne (1995, p. 121) relata que as universidades de 1960 “expurgaram os poetas para dar lugar aos financistas”. Esta especialização precoce e utilitarista é o que Martha Nussbaum (2015, p. 12) identifica como uma ameaça à democracia, pois cidadãos sem formação humanística perdem a empatia.

Sem a capacidade de se colocar no lugar do outro, as garantias fundamentais tornam-se letras mortas, e a felicidade humana é reduzida ao sucesso material, um objetivo que, quando não atingido, deságua em uma sensação de fracasso pessoal e depressão clínica.

O uso de “carros a gás” e sistemas de transporte ultrarrápidos em Verne simboliza a compressão do espaço-tempo que define a vida líquida. Verne (1995, p. 135) comenta que “o homem do século XX não viaja, ele é disparado como um projétil”. Esta locomoção sem experiência é o que Paul Virilio (1996, p. 41) chama de “dromologia”, onde a velocidade destrói a percepção da realidade. A felicidade, que exige enraizamento e tempo, é sacrificada no altar da eficiência.

O resultado é um indivíduo que está em todos os lugares, mas não pertence a lugar nenhum, vivendo uma existência fragmentada entre terminais de transporte e interfaces digitais, utilizando modais de transporte que infelizmente só aumente o vazio existencial das pessoas

A solidão de Michel é agravada pela “ditadura do positivismo” que Verne descreve como a religião oficial do futuro. Verne (1995, p. 149) afirma que “o que não pode ser pesado ou medido

simplesmente não existe mais para o Estado”. Esta visão cientificista exclui as dimensões subjetivas e espirituais da vida, que são essenciais para a saúde mental.

Para o filósofo Charles Taylor (2007, p. 156), vivemos em uma “era secular” onde a busca por sentido é sufocada por um materialismo árido. A depressão contemporânea é, em grande medida, essa fome de sentido em um mundo que, como a Paris de Verne, só oferece respostas técnicas para problemas existenciais.

A fragmentação dos direitos laborais é antecipada na obra através do regime de trabalho exaustivo a que Michel é submetido. Júlio Verne descreve escritórios onde “o ar é denso de números e vazio de esperança” (1995, p. 162). Esta descrição antecipa o fenômeno do burnout, onde o trabalhador se consome até o esgotamento total. Como contraofensiva dogmática a essa captura predatória da subjetividade, o arcabouço normativo trabalhista brasileiro erigiu a limitação da jornada não apenas como baliza econômica, mas como norma de ordem pública inegociável.

O efervescente debate nacional contemporâneo sobre a redução da escala de trabalho reflete a urgência de frear a mercantilização do tempo vital, amparando-se na premissa do jurista Maurício Godinho Delgado (2019, p. 1045), para quem a regulação da jornada é “o instrumento primeiro e mais importante de tutela da saúde física e mental do ser humano que labora”. Contra a asfixia da eficiência utilitarista verniana, o Direito resiste ao afirmar que a vida não pode ser integralmente colonizada pelo capital.

Conforme explica Christophe Dejours (2007, p. 82), a precarização das relações de trabalho destrói o reconhecimento social, levando à patologização do esforço. Verne previu que, no futuro, o trabalho não seria uma forma de realização, mas um mecanismo de despersonalização que atenta contra a integridade psíquica do trabalhador.

O vanguardismo de Verne também toca na questão da alimentação processada, que ele chama de “química culinária”. Para esse autor, “os estômagos de 1960 esqueceram o sabor da terra e aprenderam o do laboratório”(1995, p. 176). Esta desconexão com o biológico é um reflexo da vida artificial que leva ao desequilíbrio neuroquímico.

Pesquisas de Felice Jacka (2017, p. 44) mostram a relação direta entre dietas ultraprocessadas e o aumento da depressão e ansiedade. O homem de Verne, assim como o homem líquido moderno, é um ser quimicamente mantido, cujo corpo é apenas mais um componente da engrenagem produtiva.

A solidão intensa no livro é ilustrada pela incapacidade de Michel de manter um relacionamento amoroso estável. Verne (1995, p. 189) anota que “o amor tornou-se um cálculo de interesses recíprocos”. Esta visão coincide com a “comercialização dos sentimentos” discutida por Eva Illouz (2011, p. 67), onde o afeto entra na lógica do mercado.

Na sociedade do cansaço, o amor exige uma energia que o indivíduo exaurido não possui mais. A fragmentação do afeto gera uma sociedade de “átomos isolados”, onde a felicidade é buscada no consumo de objetos, pois o consumo de intimidade tornou-se demasiado custoso e arriscado.

A aplicação da justiça na Paris de Verne é descrita como um sistema puramente punitivo e automatizado. “Não há juízes, apenas aplicadores de fórmulas”, diz Verne (1995, p. 202). Esta automação do Direito prefigura o uso de algoritmos jurídicos e a perda da equidade.

No Brasil contemporâneo, a asfixiante sobrecarga de mais de oitenta milhões de processos em tramitação tem seduzido o Poder Judiciário a adotar a governança algorítmica como panaceia gerencial para o colapso estrutural. Contudo, essa delegação da justiça à opacidade dos códigos matemáticos instaura o risco letal de um determinismo automatizado, que ameaça substituir a equidade do caso concreto pela tirania das métricas de eficiência.

É exatamente para frear essa plataformização predatória do devido processo legal que o marco regulatório pátrio impõe o limite ético de que o uso de sistemas inteligentes “não pode se sobrepor à atividade jurisdicional ou à convicção motivada do magistrado” (Conselho Nacional de Justiça, 2020, art. 1º, § 1º). Se essa salvaguarda for rompida, a celeridade institucional degenerará em barbárie procedimental, transformando o Direito em uma esteira de produção que aniquila a dignidade do jurisdicionado sob a justificativa da velocidade.

Para o filósofo Giorgio Agamben (2004, p. 115), quando a regra se torna puramente técnica, entramos em um estado de exceção permanente. A felicidade humana depende da sensação de justiça

e proteção, e sua ausência na obra de Verne cria um ambiente de medo constante e insegurança jurídica, elementos que alimentam o estado de alerta e a depressão social.

O vanguardismo de Verne na descrição da publicidade onipresente — “letras de fogo que riscavam o céu noturno” (Verne, 1995, p. 215) — antecipa o bombardeio de marketing da era digital. Esta poluição visual e cognitiva impede o silêncio necessário para a saúde mental.

Segundo Guy Debord (1997, p. 22), vivemos na “sociedade do espetáculo”, onde o ser é substituído pelo ter e o ter pelo parecer. A depressão contemporânea é a ressaca desse espetáculo, o momento em que as luzes se apagam e o indivíduo percebe o vazio das promessas de felicidade feitas pelas marcas e pelas redes sociais descritas pioneiramente por Verne.

A fragmentação das garantias fundamentais de lazer e descanso é evidente no desfecho de Michel, que não encontra refúgio nem no sono. Verne (1995, p. 228) descreve uma cidade que “nunca dorme, pois, o lucro não conhece o descanso”. Esta abolição da pausa é o que Jonathan Crary (2014, p. 55) aponta como o fim da experiência humana. Sem o direito ao não-fazer, o cérebro entra em colapso.

Essa abolição do repouso e a conversão do corpo humano em engrenagem ininterrupta de lucro transcendem a alegoria literária, materializando-se de forma letal na estrutura econômica pátria. Longe de ser um espectro superado, a aniquilação do direito à pausa reflete-se na persistência criminosa do trabalho análogo à escravidão no Brasil, que apenas no ano de 2025 registrou o resgate de 2.772 trabalhadores submetidos à exaustão e degradação extremas (Brasil, 2026).

Essa métrica atroz tangibiliza o colapso diagnosticado por Crary: quando a ordem jurídica capitula ante a voracidade irrestrita do capital, o descanso cessa de ser uma garantia constitucional para tornar-se uma barreira a ser eliminada. A supressão intencional do lazer e do sono configura, assim, um método sistemático de fratura da dignidade, provando que a ditadura da utilidade diagnosticada por Verne opera, ainda hoje, como um mecanismo violento de expropriação da própria condição humana.

O vanguardismo de Verne nos alerta que a tecnologia que elimina a noite também elimina o sonho, e sem sonhos, a psique humana se torna um deserto de melancolia e exaustão.

A “solidão digital” prefigurada pelo telégrafo de Verne reflete-se na incapacidade de Michel de encontrar consolo nas artes. Verne (1995, p. 241) afirma que “o piano de 1960 toca sozinho, para uma sala vazia”. Este cenário de automação cultural é o que vivemos hoje com as playlists geradas por inteligência artificial, que removem o fator humano da criação.

Neste sentido o sociólogo Richard Sennett (2006, p. 93), demonstra a perda do artesanato e da mão humana na cultura desvaloriza o trabalho criativo, gerando um sentimento de inutilidade nos produtores de cultura e uma satisfação superficial nos consumidores.

O vanguardismo de Verne ao prever a “globalização financeira” — uma Paris que domina o mundo através de bancos e cabos — mostra o nascimento da rede de poder que fragmenta as soberanias nacionais. Verne (1995, p. 254) observa que “as fronteiras de papel foram queimadas pelo fogo do ouro”.

Esta liquidez do capital, como define Manuel Castells (2011, p. 158), desprotege o cidadão comum das flutuações do mercado. A insegurança econômica crônica é um dos maiores preditores de ansiedade e depressão em massa, mostrando que as profecias de Verne tinham uma base sociológica tão sólida quanto sua base técnica.

Essa desproteção sistêmica materializou-se criticamente no Brasil de 2026, quando as operações financeiras ilícitas atreladas ao Banco Master dilapidaram o patrimônio de clientes e empregados, irradiando perdas severas para todo o mercado. O episódio tangibiliza a voracidade da Paris verniana, onde a ética sucumbe à roleta especulativa, confirmando que “o capital financeiro impõe sua lei de ferro à totalidade do processo de reprodução econômica e social” (Chesnais, 2005, p. 35). A fraude bancária contemporânea revela-se, portanto, não como um desvio isolado, mas como o ápice dessa distopia utilitarista, em que a alucinação do lucro devora implacavelmente a segurança humana.

A felicidade em Paris no Século XX é apresentada como um “erro estatístico” que deve ser corrigido. Verne (1995, p. 267) escreve que “ser feliz sem produzir era considerado uma traição ao progresso”. Esta criminalização da felicidade não-produtiva é a essência da sociedade do cansaço.

O sujeito deprimido contemporâneo sente culpa por não ser feliz, como se a felicidade fosse um KPI (indicador de desempenho) que ele falhou em atingir. O vanguardismo de Verne capturou precisamente essa inversão de valores, onde a vida humana serve ao sistema, e não o contrário.

A fragmentação do Direito à Saúde, reduzido à manutenção da força de trabalho, é visível na medicina técnica descrita por Verne. “O médico não cura a dor, ele repara a peça”, anota Verne (1995, p. 280). Esta abordagem mecanicista da saúde mental, que ignora as causas sociais do sofrimento, é a base da “indústria da depressão” atual.

Já para o psiquiatra David Healy (2004, p. 112), a medicação excessiva muitas vezes serve para adaptar o indivíduo a um ambiente muito tóxico, exatamente como Verne previu ao descrever uma sociedade que anestesia seus desajustados em vez de acolhê-los.

A solidão intensa do protagonista atinge seu ápice no encontro com o deserto urbano. Verne (1995, p. 293) conclui que “a cidade mais populosa da Terra era também a mais vazia de seres humanos”. Este paradoxo é a definição da vida líquida: o excesso de contatos e a escassez de encontros.

A depressão social é esse vácuo relacional que a tecnologia de Verne facilitou, mas não preencheu. A felicidade humana, que reside no laço estável e na garantia de ser visto e ouvido, é fragmentada em mil notificações de uma rede de telegrafia fotográfica que nunca dorme e nunca consola.

O vanguardismo de Verne é, em última análise, um aviso sobre o “esgotamento da alma”. Verne (1995, p. 305) encerra sua visão profética afirmando que “o progresso seria o coveiro da poesia”. Se substituímos “poesia” por “saúde mental”, temos o diagnóstico da nossa era.

A fragmentação das garantias fundamentais é o resultado de uma sociedade que esqueceu que a técnica deve servir à vida, e não o contrário. A felicidade líquida, descrita por Bauman e antevista por Verne, é uma miragem tecnológica que esconde um abismo de solidão e cansaço extremo.

Concluimos que Paris no Século XX não é uma ficção científica, mas um tratado sociológico vanguardista sobre a vulnerabilidade humana. Verne previu as máquinas, mas temeu pelos homens. Ao relacionar a depressão contemporânea com a Paris de 1863, percebemos que a solução não virá de

novas máquinas de calcular, mas do resgate da alteridade e da proteção jurídica do “direito ao inútil”, à beleza e ao descanso.

Somente ao reconstruir o que foi fragmentado pelo progresso poderemos, quem sabe, habitar novamente uma Paris — e um mundo — que seja digno do mais profundo do coração humano.

Considerações Finais

A presente pesquisa, ao chegar ao seu termo, consolida a percepção de que a obra precursora sobre a Paris distópica, concebida no longínquo ano de 1863, transcende a mera ficção para se firmar como um sombrio e preciso diagnóstico de nossa era. O núcleo temático desta investigação confirmou que a tecnocracia imaginada pelo autor francês funciona como um espelho e um prelúdio aterrador para as patologias psíquicas que assolam a contemporaneidade.

Ficou evidente que o colapso emocional das sociedades atuais não é um acidente de percurso, mas o resultado previsível de um modelo civilizatório focado exclusivamente na métrica da utilidade, consolidando o inexorável triunfo da mecânica sobre o espírito humano.

A importância de revisitar e decifrar este texto clássico revelou-se imensurável diante da necessidade urgente de compreender a gênese do profundo mal-estar que aflige o sujeito moderno. Ao acompanhar a jornada de desolação do protagonista em uma metrópole estéril, o estudo demonstrou que a hegemonia técnica e a aceleração implacável do tempo vital são as verdadeiras responsáveis pela fragmentação da subjetividade.

A pesquisa validou a premissa de que a busca pela felicidade, outrora um ideal humano e filosófico, foi violentamente corrompida e transformada em uma exaustiva e inatingível jornada de desempenho, justificando o alerta perene contido na narrativa.

Para alcançar estas conclusões, a investigação amparou-se em uma metodologia de natureza estritamente qualitativa, exploratória e bibliográfica. O rigor do viés interdisciplinar permitiu que as fronteiras entre o romance oitocentista e a ciência moderna fossem rompidas com fluidez e precisão.

O percurso metodológico exigiu um exame minucioso e exegético da narrativa verniana, que foi continuamente tensionada e confrontada com os pilares teóricos fundamentais da sociologia contemporânea, da filosofia política e da psicanálise.

Esse arcabouço metodológico foi aprofundado através de um denso levantamento de teses acadêmicas e resenhas críticas, que serviram de ponte semântica entre os séculos. A correlação entre os elementos ficcionais do século XIX e os conceitos teóricos atuais — como a sociedade do cansaço, a liquidez das relações e o realismo capitalista — estruturou a espinha dorsal do nosso raciocínio.

Essa abordagem garantiu uma síntese profundamente original, permitindo decodificar literariamente o que a clínica médica hoje diagnostica de forma irrefutável como o esgotamento da alma humana. Retomando o percurso argumentativo, a primeira seção do estudo mergulhou na arquitetura distópica da Paris imaginada, evidenciando como a abolição da noite e a imposição da luz elétrica perene eliminaram o sagrado direito ao sonho e ao repouso.

A análise demonstrou que esse ambiente de vigilância visual e atividade ininterrupta plantou as sementes da epidemia de depressão melancólica que atualmente enfrentamos. A desolação urbana descrita não operou apenas como um cenário físico, mas como um ataque direto e contínuo à homeostase psíquica do indivíduo.

Ainda neste escopo preliminar, a pesquisa esmiuçou o processo de asfixia cultural decorrente da abrupta substituição da poesia pela matemática financeira e pelo utilitarismo. Constatou-se que a marginalização da estética e da sensibilidade transformou o protagonista, e por extensão o cidadão contemporâneo, em um desajustado crônico dentro da fria engrenagem social. A pesquisa elucidou que, ao extirpar a arte do cotidiano educacional e profissional, a sociedade tecnocrata retira do ser humano seu principal mecanismo de elaboração da dor e de compreensão de si mesmo.

Avançando, para a segunda seção, a investigação escrutinou o vanguardismo tecnológico exposto na narrativa, revelando um grau de profecia que beira o assombro histórico. Instrumentos preconcebidos no romance, como as incipientes redes de comunicação global e as onipresentes máquinas de calcular, foram dissecados não como maravilhas do intelecto, mas como ferramentas

implacáveis de controle social e aceleração do tempo vital.

Ficou comprovado que a técnica, quando desprovida de lastro humanístico, converte-se rapidamente em uma armadilha burocrática que encarcera o homem em sua própria criação.

O impacto dramático desse vanguardismo nas estruturas jurídicas e existenciais foi um ponto nevrálgico da nossa análise. Observou-se com clareza a fragmentação dos direitos e das garantias fundamentais, um cenário sombrio em que o arcabouço do Direito padece de uma subserviência total à lógica puramente econômica.

A pesquisa concluiu que, ao abdicar do dever sagrado de proteger a dignidade em prol da gestão de meras unidades de produção, o sistema normativo legitima a extrema vulnerabilidade do ser diante da automação da vida.

O ápice analítico desta etapa debruçou-se sobre o trágico paradoxo da hiperconectividade. A pesquisa destacou a solidão excruciante e a completa liquidez dos afetos antevistas pelo autor, demonstrando como a proliferação das vias técnicas de comunicação resultou em uma incomunicabilidade estrutural e profunda.

Concluiu-se, de maneira inequívoca, que a depressão contemporânea atua como uma dolorosa resposta ética ao apagamento da alteridade e ao isolamento insuportável vivenciado no interior das multidões conectadas e das relações descartáveis.

Diante do exposto, as conclusões alcançadas por este estudo ressoam como um diagnóstico civilizatório severo: a corrosão íntima descrita na narrativa é a tarifa inexorável cobrada por um progresso que negligenciou por completo a dimensão poética da existência.

A sociedade de hoje tangibilizou o pesadelo oitocentista, erguendo um sistema onde a exigência de resiliência absoluta esmaga a fragilidade inerente à condição humana, empurrando o indivíduo para o colapso. A alienação vislumbrada no século XIX provou ser, inegavelmente, a matriz estrutural da falência psíquica do nosso tempo.

Jurídico e socialmente, a pesquisa assentou a premissa fundamental de que a proteção ao direito à felicidade e ao bem-estar mental demanda a imposição imediata de limites éticos à voracidade

da tecnologia. A atual fragmentação das garantias constitucionais é o sintoma de uma civilização que esqueceu que a técnica deve ser um mero instrumento para a emancipação, e jamais um fim supremo.

Assim, a pesquisa sentencia que a cura não emergirá de inovações farmacológicas ou digitais, mas da urgente reconstrução comunitária, da revalorização do direito ao descanso e da proteção inegociável à contemplação.

Em síntese final, o romance aqui dissecado ergue-se como a bússola indispensável para a travessia das águas turvas e perigosas da modernidade líquida. O cansaço extremo e a depressão social que maculam o início deste milênio são as provas irrefutáveis de que o deserto emocional profetizado chegou com toda a sua carga de desolação.

Cabe-nos, portanto, o desafio inadiável de reaprender a linguagem esquecida do afeto, resgatando a nossa própria essência, para que o progresso tecnológico não se converta, de forma irremediável, no coveiro definitivo da humanidade.

Referências

ADORNO, Theodor W. *The Culture Industry: Selected Essays on Mass Culture*. London: Routledge, 1991.

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOIA, Lucian. *Jules Verne: Les paradoxes d'un mythe*. Paris: Belles Lettres, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. *Radar do Trabalho*

Escravo: painel de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no Brasil. Brasília, DF: MTE, 2026. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 18 abr. 2026.

BUTCHER, William. Jules Verne: The Definitive Biography. New York: Thunder's Mouth Press, 2006.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CHESNAIS, François. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. O Medo de Amar. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

CRARY, Jonathan. 24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEJOURS, Christophe. A Loucura do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

DEKISS, Jean-Paul. Jules Verne, l'enchanteur. Paris: Hugo et Cie, 2005.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

DUNKER, Christian. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil contemporâneo. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERRAJOLI, Luigi. Principia Iuris: Teoria do Direito e da Democracia. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FISHER, Mark. Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Direito, Literatura e Cinema. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

HAN, Byung-Chul. A Sociedade do Cansaço. Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. A Sociedade da Transparência. Petrópolis: Vozes, 2017.

HEALY, David. Let Them Eat Prozac: The Unhealthy Relationship Between the Pharmaceutical Industry and Depression. New York: NYU Press, 2004.

ILLOUZ, Eva. O Amor nos Tempos do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

JACKA, Felice. Brain Changer: The Good Mental Health Diet. Sydney: Pan Macmillan, 2017.

KRISTEVA, Julia. Sol Negro: Depressão e Melancolia. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MASCARO, Alysson Leandro. Filosofia do Direito. São Paulo: Atlas, 2013.

NUSSBAUM, Martha. Sem Fins Lucrativos: Por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

OST, François. Contar a lei: as fontes do imaginário jurídico. Tradução de Paulo Neves. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

ROSA, Hartmut. Aceleração: A transformação das estruturas temporais na Modernidade. São Paulo: UNESP, 2017.

SENNETT, Richard. A Cultura do Novo Capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TAYLOR, Charles. A Secular Age. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

VERNE, Jules. Paris au XXe siècle. Prefácio de Piero Gondolo della Riva. Paris: Hachette, 1994.

VERNE, Jules. Paris no Século XX. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Ática, 1995.

VIRILIO, Paul. Velocidade e Política. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.